



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ADÉLIA CARNEIRO DA SILVA ROSADO

**ESTADO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA: ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REVISTA
BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

GUARABIRA

2020

ADÉLIA CARNEIRO DA SILVA ROSADO

ESTADO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA: ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Coordenação do Curso de
Especialização em Educação e Políticas
Públicas como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Especialização em
Educação e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

GUARABIRA

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R788e Rosado, Adélia Carneiro da Silva.

Estado do conhecimento na área de transtorno do espectro autista [manuscrito] : estudo da produção científica da Revista Brasileira de Educação Especial / Adélia Carneiro da Silva Rosado. - 2020.

26 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação e Políticas Públicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.

"Orientação : Profa. Dra. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."

1. Educação Especial. 2. Transtorno do Espectro Autista.
3. Estado do Conhecimento. I. Título

21. ed. CDD 371.9

ADÉLIA CARNEIRO DA SILVA ROSADO

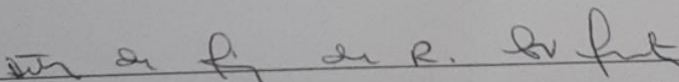
ESTADO DO CONHECIMENTO NA ÁREA DE TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA: ESTUDO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA REVISTA BRASILEIRA DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Coordenação do Curso de Especialização em
Educação e Políticas Públicas como requisito
parcial para a conclusão do Curso de
Especialização em Educação e Políticas
Públicas.

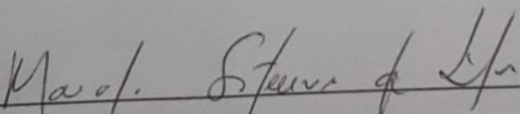
Data da avaliação: 04 / 03 / 2020

Nota: _____

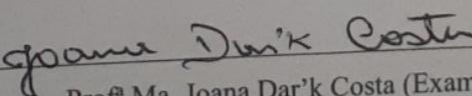
BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante (Orientadora)

UEPB


Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Examinador)

UEPB


Prof.^a Ma. Joana Dar'k Costa (Examinadora)

UEPB

Dedico este trabalho a todas as pessoas que não se enquadram no padrão hegemônico de normalidade, lutemos pelo respeito às diferenças.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a professora Rita que me orientou com tanta dedicação e zelo que eu possa contar sempre com seu apoio.

Gratidão a minha mãe pela inspiração nos estudos e na força por lutar pela felicidade, ao meu pai, pelo carinho e apoio em todos os meus projetos.

Gratidão as minhas irmãs Gabriela e Polyana e a todas as minhas amigas que sempre tiveram uma palavra de conforto nos momentos difíceis.

Gratidão aos meus (minhas) colegas de turma pelo prazeroso convívio e pelas experiências e conhecimentos compartilhados.

Gratidão ao meu marido pelo companheirismo e por compreender a importância deste estudo para mim. Gratidão aos professores (as) e a coordenação do Curso de Especialização em Educação e Políticas Públicas pelo conhecimento e dedicação.

Gratidão ao meu filho Gabriel que me faz acreditar em um mundo melhor todos os dias, e ao meu filho, Guilherme, que me trouxe um mundo desconhecido e me provou que o amor é capaz de superar todas as dificuldades.

E, finalmente, Gratidão a Deus por toda essa jornada!

Tenho o direito de ter raiva, de manifestá-la, de tê-la como motivação para minha briga tal qual tenho o direito de amar, de expressar meu amor ao mundo, de tê-lo como motivação de minha briga porque, histórico, vivo a História como tempo de possibilidade e não de determinação. Meu direito à raiva pressupõe que, na experiência histórica da qual participo, o amanhã não é algo pré-datado, mas um desafio, um problema. A minha raiva, minha justa ira, se funda na minha revolta em face da negação do direito de “ser mais” inscrito na natureza dos seres humanos. Não posso, por isso, cruzar os braços fatalisticamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar. O discurso da acomodação é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. (Pedagogia da Autonomia – Paulo Freire)

RESUMO

O conceito de deficiência como construção social foi amplamente divulgado pela ótica dos Direitos Humanos, entretanto, a realidade material no cotidiano escolar permanece inerte, mesmo após as políticas de educação especial. Ao tratarmos de deficiência e de indivíduos que fogem do padrão de normalidade trazemos a discussão sobre o Transtorno do Espectro Autista (autismo). Nosso objetivo é analisar os estudos na área de autismo publicados na RBEE a fim de contribuir para o avanço do conhecimento nesta área. Para tanto, fizemos uma revisão bibliográfica do tipo “estado do conhecimento” para analisarmos como vem se constituindo as publicações na área. Os dados foram coletados na coleção do periódico científico “Revista Brasileira de Educação Especial” na biblioteca eletrônica SciELO. Após a aplicação dos critérios de inclusão foram recuperados 22 artigos científicos. A leitura na íntegra permitiu a compreensão das idéias apresentada pelos autores para posterior fichamento e análise. O tipo de análise escolhido foi a análise de conteúdo. Concluímos que o conhecimento na área da educação da pessoa com autismo está em processo de expansão e que o discurso médico tem forte influência sobre as publicações na área.

Palavras-chave: Educação Especial. RBEE. Transtorno do Espectro Autista. Estado do conhecimento.

ABSTRACT

The concept of disability as a social construction was widely disseminated from the perspective of Human Rights, however, the material reality in school life remains inert, even after special education policies. When dealing with disabilities and individuals who escape the standard of normality, we bring the discussion about Autism Spectrum Disorder (autism). Our goal is to analyze the studies in the area of autism published in the RBEE in order to contribute to the advancement of knowledge in this area. To this end, we performed a bibliographic review of the “state of knowledge” type to analyze how publications in the area have been constituted. The data were collected in the collection of the scientific journal “Revista Brasileira de Educação Especial” in the electronic library SciELO. After applying the inclusion criteria, 22 scientific articles were retrieved. Reading in full allowed the understanding of the ideas presented by the authors for later filing and analysis. The type of analysis chosen was content analysis. We conclude that knowledge in the area of education for people with autism is in the process of expansion and that medical discourse has a strong influence on publications in the area.

Keywords: Special Education. RBEE. Autistic Spectrum Disorder. State of knowledge.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. METODOLOGIA	13
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
3.1 Distribuição anual dos artigos	15
3.2 Regiões de origem dos artigos	16
3.3 Temáticas relacionadas ao autismo	17
3.4 Frequência da palavra educação nos trabalhos analisados	18
3.5 Concepções sobre autismo	19
3.6 Políticas públicas e a educação da pessoa com autismo	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	21
APÊNDICE	24

1. INTRODUÇÃO

A Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE) foi lançada em 1992, devido à necessidade de divulgação do conhecimento em Educação Especial produzido por pesquisadores brasileiros. “Para manter a revista, foi criada a Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial ABPEE. Portanto, a ABPEE e a RBEE surgiram como um elo inseparável nesse processo histórico” (MANZINI, CORRÊA e SILVA, 2009, p.182). Desde então, a RBEE tem se destacado como um importante canal para disseminação de saberes produzidos no campo da Educação Especial. Por este motivo, escolhemos a produção científica da RBEE como objeto de estudo, sendo utilizada a base de dados para nosso estudo. Iniciemos, portanto, dialogando sobre a educação das pessoas com deficiência.

O processo de escolarização das pessoas com deficiência foi se ampliando lentamente no Brasil, a partir dos anos 70, sendo, inicialmente, oferecido em escolas regulares em classes especiais¹. Neste período, cresce o movimento pela *integração* que buscava normalizar as pessoas com deficiência, isto é, corrigi-las de modo que se enquadrassem nas normas e práticas socialmente estabelecidas (RICHARDSON, 2009).

Neste contexto, a atual Constituição Federal do Brasil foi aprovada em 1988, e, passou a prever garantias de direito à educação das pessoas com deficiência: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Cf. Art 208, Inciso III). Esta lei maior representa um avanço do ponto de vista da *Educação Inclusiva*, pois, permite que o aluno com deficiência frequente a sala de aula regular como os demais alunos e no contraturno tenha o atendimento educacional especializado.

Vale ressaltar que, seus princípios e normas devem nortear toda a legislação brasileira, inclusive as leis e políticas referentes à educação.

Desse modo, de acordo com a Lei Brasileira de Bases e Diretrizes da Educação (Lei 9394/96, *caput* Art. 58)

Entender-se por educação especial, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1994).

¹ As classes especiais eram compostas exclusivamente por alunos que não conseguiam acompanhar a turma em que deveriam estar inseridas. Ver Borges, 2015.

O conceito de deficiência como construção social foi amplamente divulgado pela ótica dos Direitos Humanos, entretanto, a realidade material no cotidiano escolar permanece inerte.

Segundo KUHLEN (2017, p.341):

Os documentos das políticas de educação especial a partir dos anos 2000 apresentam uma crítica ao conceito de normalidade para defender a deficiência como expressão de diversidade cultural, o que acaba dicotomizando a relação entre biológico e social ao criticar a medicina. Contraditoriamente, utilizam-se da medicina para fazer o diagnóstico e o encaminhamento para o atendimento educacional especializado. Por isso, a pretensa crítica ao modelo médico e ao diagnóstico clínico, que orienta o modelo de atendimento aos alunos com deficiência, não resultou em mudanças na base da concepção pela educação especial na perspectiva inclusiva. A deficiência continua sendo definida em relação a sujeitos que desviam para mais e para menos em termos de padrões físico, social, comportamental e que precisam de serviços especializados.

Neste sentido, a política de Educação Especial não rompeu com os discursos segregadores que continuam a oprimir as pessoas com deficiência no ambiente escolar. De fato, a quebra de binômios normalidade/deficiência, inclusão/exclusão é necessária para desestabilizarmos essa cultura hegemônica de educação. A disputa retórica sobre as “verdades” para educação inclusiva de nada contribui para a concreta efetivação do direito a educação das pessoas com deficiência.

Nas décadas seguintes, o paradigma da inclusão chega ao Brasil trazendo a ideia de uma escola que se adegue aos diferentes sujeitos e respeite as particularidades/singularidades individuais.

Segundo Baptista (2004, p. 10):

O movimento de inclusão tem origens que decorrem dos limites nos processos de identificação dos sujeitos com necessidades educativas especiais, das críticas aos mecanismos excludentes da escola em geral, e em particular, das alternativas paralelas de atendimento, com proposições pedagógicas que tendiam a minimizar os desafios propostos aos alunos; das transformações nas concepções de alternativas de intervenção em educação e saúde.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEI) foi lançada em 2008, com o objetivo de aplicar no sistema educacional o paradigma da inclusão que entende a diferença como algo inerente ao ser humano (BRASIL, 2008).

Esta mudança de concepção ampliou o acesso ao sistema regular de ensino para pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação segredadas anteriormente a “espaços especiais” de aprendizagem.

Assim, neste panorama houve um aumento de matrículas de alunos com autismo nas escolas brasileiras.

Uma narrativa simples sobre a história do autismo é algo difícil de se elaborar, posto que médicos, educadores, pesquisadores, advogados, mães/pais e mais recentemente os próprios autistas (verbais adultos/as) têm diferentes interesses, perspectivas e discursos sobre o autismo. Todavia, por entender o poder que o discurso médico exerce em nossa sociedade parto dessa discussão, considerando a perspectiva médica e posteriormente apresento o posicionamento de ativistas de uma outra perspectiva – a neurodiversidade.

Segundo Dovan e Zucker (2017), o psiquiatra Leo Kanner publicou em 1943, o primeiro relato clínico que reconheceu o autismo como uma síndrome específica. Kanner atribuiu o comportamento das crianças a falta de afetividade das mães (teoria da mãe geladeira). Anos depois o pesquisador refutou sua tese.

Os conhecimentos sobre a etiologia² e o tratamento do autismo eram limitados o que gerava especulações e controvérsias quanto a intervenções, avaliações e diagnósticos. Kanner já alertava sobre o aparecimento de “curas milagrosas” (BAPTISTA; BOSA, 2002).

Um ano depois de Kanner, o alemão Hans Asperger publicou um estudo mais amplo trazendo novas questões sobre as dificuldades das crianças em relação a comunicação, a socialização além do comportamento estereotipado³.

O que se convencionou chamar de autismo foi sendo alterado ao longo da história da psiquiatria, como salienta Bosa (2002, p. 28):

[...] verifica-se na história uma grande controvérsia com relação a distinção entre autismo, psicose e esquizofrenia. As primeiras edições da CID [Código Internacional de Doenças] não fazem qualquer menção ao autismo. A oitava edição o traz como forma de esquizofrenia, e a nona agrupa-o como psicose infantil. A partir da década de 80... sendo o autismo retirado da categoria de psicose no DSM-III e no DSM-III-R, bem como na CID passando a fazer parte dos transtornos globais do desenvolvimento.

Hoje a versão mais atual o DSM-V (2014) agrupou condições anteriormente consideradas distintas (autismo clássico, o Transtorno Desintegrativo da Infância, o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento Não-Especificado e a Síndrome de Asperger) na categoria “Transtorno do espectro autista”, popularmente conhecida como autismo. As frequentes variações de classificação atribuídas ao autismo nos permite perceber como estas rotulações são arbitrárias.

² Ramo do conhecimento que estuda as causas e origens de determinado fenômeno.

³ Movimentos repetidos.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é, portanto, uma condição neurobiológica que diverge do padrão de desenvolvimento humano considerado normal/natural e pode ser diagnosticada nos primeiros anos de vida do indivíduo. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria, muito usado no diagnóstico de crianças:

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o comportamento, interesses ou atividades (DSM – V, 2014, p.32).

O TEA não é considerado uma deficiência em termos médico-científicos, todavia, a legislação brasileira, garante igual proteção jurídica as pessoas com deficiência incluindo o TEA. Segundo a lei nº 12.764/2012 que dispõe sobre as políticas de proteção as pessoas com TEA, Art. 1º § 2º: “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”-(BRASIL, 2012).

Na atualidade, novos estudos sobre a deficiência e a luta de movimentos sociais fizeram surgir um novo paradigma, a neurodiversidade.

Segundo Ortega (2008, p.70):

A história do movimento de neurodiversidade, e mais especificamente em relação à cultura autista, está ligada ao deslocamento das concepções psicanalíticas para uma concepção biológica e cerebral do transtorno autista. Dos anos de 1940 a 1960, predominaram as explicações psicanalíticas do autismo na teoria e clínica psiquiátrica.

Os ativistas da neurodiversidade, grupo minoritário, defendem que o autismo representa a diversidade do cérebro humano e não uma patologia. Esta perspectiva discorda de termos usados como “cura”, “comportamento inadequado”, autista de alto ou baixo “funcionamento”. Além de se opor fortemente a terapias pró-cura como o ABA ((Análise aplicada do comportamento - Applied Behavior Analysis) (*idem, ibidem* 2008).

Entender como o conhecimento sobre o autismo está sendo pensado e produzido por diversos pesquisadores nos permite estabelecer: quais teorias e métodos estão sendo mais utilizados; como as pesquisas se relacionam; quais aspectos do objeto estão no foco e quais estão sendo marginalizados; permitindo a avaliação do avanço do conhecimento na área (ANGELUCCI *et al*, 2004).

Nesta perspectiva, o objeto de estudo desta pesquisa é o conhecimento sobre autismo na área da educação produzido a partir dos textos divulgados pela RBEE.

Neste sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar os estudos na área de autismo publicados na RBEE a fim de contribuir para o avanço do conhecimento nesta área. Sustentamos que este pode ser um bom indicador de como os pesquisadores estão produzindo os conhecimentos na área, quais concepções estão sendo consolidadas o que pode contribuir para analisarmos o foco e as omissões das pesquisas.

Nossos objetivos específicos são: entender as concepções de autismo apresentadas pelos autores, identificar e destacar as visões dos autores sobre as políticas públicas e a educação das pessoas com autismo e por fim apresentar o estado d'art na produção científica sobre o tema investigado.

2. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica é o exame de um tema por meio de fontes já públicas sob um novo olhar que traga novas problematizações (MARCONI; LAKATOS, 2010). Neste sentido, investigar essa base material já produzida não representa mera repetição, mas um novo enfoque sobre o objeto estudado. Assim, esta pesquisa é um estudo de revisão do tipo “estado do conhecimento”.

Segundo Vosgerau e Romanowski (2014, p.172) “um estado do conhecimento não se restringe a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas”. Esta análise permite compreender como a produção do conhecimento em uma área está se consolidando.

A principal técnica utilizada foi a leitura interpretativa dos artigos selecionados (texto completo). Para Lima e Miotto (2007, p.41) a leitura interpretativa

Implica na interpretação das idéias do autor, acompanhada de uma interrelação destas com o propósito do pesquisador. Requer um exercício de associação de idéias, transferência de situações, comparação de propósitos, liberdade de pensar e capacidade de criar. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador.

A leitura na íntegra permitiu a compreensão das idéias apresentada pelos autores para posterior fichamento e análise. Os dados foram coletados na coleção do periódico científico “Revista Brasileira de Educação Especial” na biblioteca eletrônica SciELO.

Segundo Gil (2010, p.66) “os periódicos constituem o meio mais importante para a comunicação científica. Graças a eles é que vem-se tornando possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade da investigação científica”. Dessa forma, optamos pela RBEE por acreditar na relevância deste periódico na divulgação de pesquisas em educação especial.

Inicialmente fizemos uma busca pelos descritores de texto “autismo”; “autista”; “TEA”. Foram encontrados 38 artigos no dia 9 de setembro de 2019.

Após a leitura do resumo aplicamos os seguintes critérios de seleção:

- Temática principal envolvendo o autismo e a educação;
- Publicação em língua portuguesa;
- Publicação posterior a maio de 2013.

A escolha por publicações posteriores a maio de 2013 não foi aleatória, ela se explica pelo fato desta data marcar o lançamento da nova versão do Manual de Diagnóstico de Doenças Mentais (DSM-V) da Associação Americana de Psiquiatria que alterou e reclassificou o autismo como explicado na introdução deste trabalho. Assim, após a aplicação dos critérios recuperamos 22 artigos científicos, que são o *corpus* desta pesquisa.

A análise de dados foi realizada por meio da análise de conteúdo. Segundo Oliveira *et al* (2003, p.03) a análise de conteúdo tem como finalidade “explicar e sistematizar o conteúdo da mensagem e o significado desse conteúdo”, para tanto são empregadas técnicas para se identificar os principais conceitos manifestos ou latentes do texto.

Quanto as etapas do processo de interpretação por meio da análise de conteúdo seguimos o seguinte processo: (1) constituir e organizar o material de trabalho, fase em que são coletados os dados, transcritos, agrupados em fichas, impressos, isto é, nesta etapa os dados devem estar facilmente a disposição do pesquisador; (2) definição das unidades de registro, etapa em que o pesquisador agrupa palavras, temas, reconhecendo os principais conceitos do texto, (3) delimitação do tema, fase em que se procura exprimir através de uma proposição o conjunto de várias proposições, (4) definição de categorias, etapa de extrema importância, segundo os autores, pois esta ligada diretamente a qualidade da análise de conteúdo, a categorização pode ocorrer *a priori*, isto é, antes da análise sendo construída com base no referencial teórico estudado, ou *a posteriori* após a análise dos dados. Optamos por categorizar *a priori* de modo que durante as leituras fossemos capaz de captar as informações determinadas previamente.

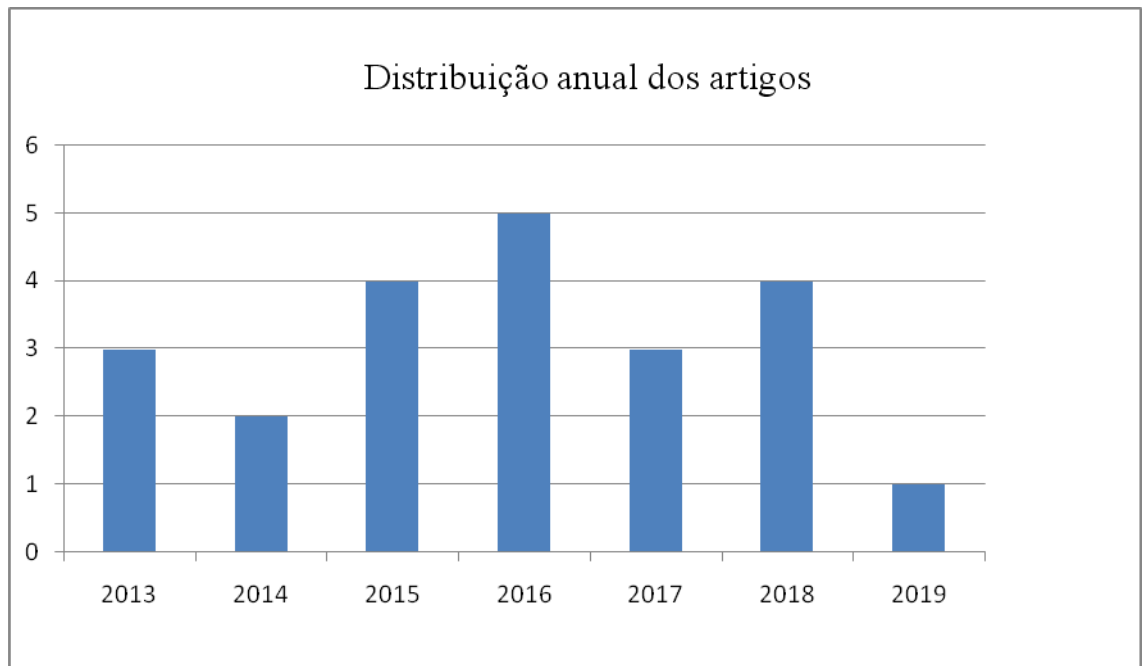
Dito isto, passemos para a próxima secção que trata dos resultados e discussões sobre os achados da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Distribuição anual dos artigos

O *corpus* analisado (n= 22) cobriu as publicações realizadas entre 2013-2019. A distribuição anual dos artigos tem como média aproximada três artigos por ano (Gráfico 01).

GRÁFICO 01: NÚMERO E ANO DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA RBEE, 2013-2019



Fonte: Elaboração própria

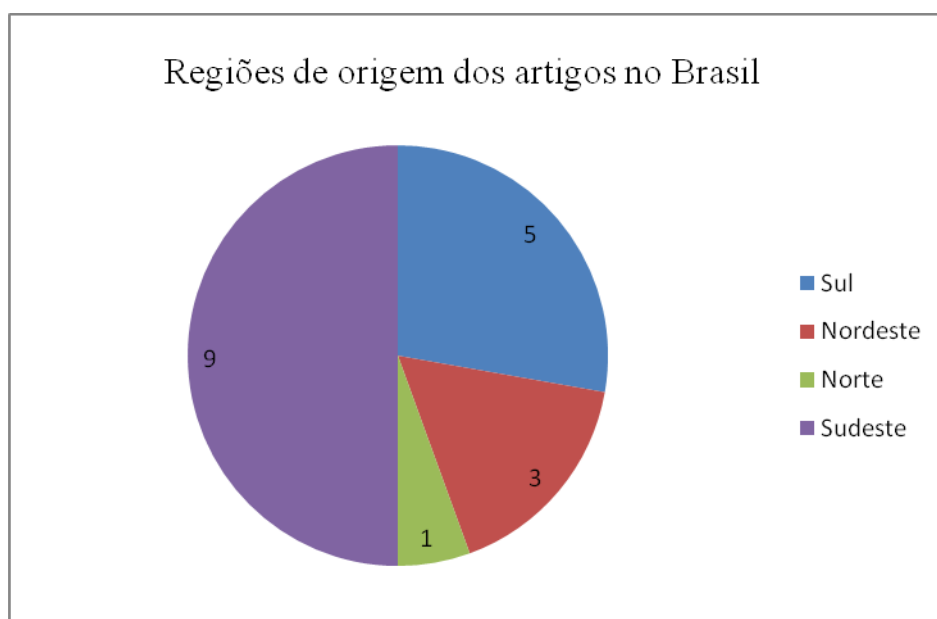
Destaca-se que, a inconsistência (aumentos seguidos de queda e vice-versa) podem ser resultado da instabilidade verificada também nas matrículas de alunos com TEA que segundo Santos e Elias (2018, p.475) está “associado ao baixo índice de trajetórias completas”, o que sugere um alto índice de evasão escolar deste grupo. As pesquisas parecem acompanhar esta demanda inconsistente das matrículas, isto é, as pesquisas podem aumentar e diminuir seguindo a demanda escolar observada no número de matrículas, não sendo possível por este dado afirmar que os estudos na área de educação especial e TEA estejam consolidados.

Podemos perceber que no ano de 2016 houve um pequeno aumento nas publicações, uma das hipóteses para explicar este fenômeno pode ser a realização do “1º Encontro Brasileiro de Pessoas Autistas (EBA)” realizado entre os dias 22 e 24 de setembro de 2016, na Fábrica de Negócios do Hotel Praia Centro, na cidade de Fortaleza – Ce. O evento contou com a participação de autistas, pesquisadores e ativistas de várias regiões do Brasil, as discussões podem ter gerado um maior interesse acadêmico na divulgação e publicação dessa temática.

3.2. Regiões de origem dos artigos

Em relação às regiões de origem dos artigos, verificou-se que quatro artigos são de instituições internacionais, situadas em Portugal. Dos quatro trabalhos de origem portuguesa um foi realizado em parceria com uma instituição brasileira (UFPel) e tem pesquisadores ligados a departamentos de Educação. Os outros três trabalhos portugueses estão ligados a departamentos de saúde das universidades de origem, o que nos aponta para a concepção adotada nestes trabalhos. Os quatro trabalhos de origem portuguesa adotam uma concepção médica sobre o autismo sem problematizar as questões sociais e culturais.

GRÁFICO 02: LOCALIZAÇÃO DE ORIGEM DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REBB NO BRASIL, 2019



Fonte: Elaboração própria

Considerando esse fato, outro dado nos chama a atenção, uma vez que, as regiões brasileiras, Norte e Nordeste, apresentam números inferiores em publicação na referida revista no período investigado. Na região Nordeste os programas de pós-graduação considerados expansionistas⁴ na pesquisa de Silva (2018) das instituições UFPB, UFBA e UFRN deram origem a um artigo cada. É oportuno observar que diferente do demonstrado na pesquisa de Rodrigues e Angelucci (2018) que apontou a ausência de estudos sobre escolarização de crianças com TEA na região Norte, encontramos um artigo originário da UFPA.

O eixo Sul-Sudeste representa aproximadamente 78% das publicações brasileiras. Tal volume pode ser compreendido pelo fato destas regiões possuírem Programas de Pós-Graduação na área de Educação Especial. Destaca-se ainda a grande produção da UFSCar (n=6 artigos), a esse respeito, Silva (2018, p.610) afirma que “é incontestável que, no período de 1999 a 2016, a UFSCar – EE tomou-se o principal centro formativo e produtor de dissertações e teses em Educação Especial no Brasil”.

3.3 Temáticas relacionadas ao autismo

TABELA Nº 01: TEMA DE ESTUDO CITADOS PELAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2019

Tema de estudo	Nº de trabalhos
Linguagem/comunicação	06
Atividade/educação física	03
Escolarização/ inclusão escolar	03
Leitura	02
Estimulação/ intervenção precoce	02
Família	01
Validação de instrumento	01
Educação Musical	01
Adaptação curricular	01
Autoeficácia docente	01
Informática	01

Fonte: Elaboração própria.

⁴ Segundo Silva (2018) o período de expansão da pesquisa em Educação Especial no Brasil (1985-1998) coincide com o período de expansão da Pós-Graduação *stricto-sensu* em Educação no Brasil que se expande para fora do eixo Sul-Sudeste (UnB, UFG, UFMS, UFBA, UFPE, UFRN, UFPB, UFC e UFAM).

Os resultados da tabela 1 mostram que os temas de estudo que aparecem com maior frequência nas pesquisas são: linguagem 27% (n=6), atividade/educação física 14% (n=3), escolarização/inclusão escolar 14% (n=3), sugerindo que essas categorias fornecem importantes elementos para a educação dos alunos com autismo.

Por sua vez, leitura e estimulação precoce, representam 9% cada. Os demais temas agrupados representam 27% e tem um artigo cada.

Assim, fica bem claro o importante papel ocupado pelo tema Linguagem/comunicação nas pesquisas analisadas. Podemos inferir que isto se dá tanto pela dificuldade na aquisição da linguagem e no seu uso nas interações sociais inerente ao transtorno estudado quanto pela visão dos pesquisadores sobre o papel da linguagem como instrumento na aquisição de habilidades cognitivas.

3.4 Frequência da palavra educação nos trabalhos analisados

Após a leitura integral dos artigos selecionados notamos a ausência de discussões sobre educação, em sentido mais estrito, em alguns trabalhos, dessa forma, produzimos uma tabela com a frequência da palavra educação nos artigos em que esta aparecia até 15 vezes.

TABELA Nº 02. FREQUÊNCIA DA PALAVRA EDUCAÇÃO NAS PUBLICAÇÕES DA REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2019

PARTE DO ARTIGO ONDE SE REGISTRA A PALAVRA EDUCAÇÃO						
TRABALHO	RESUMO	PALAVRAS CHAVES	NOTE DE RODAPÉ	CORPO DO TEXTO	REFERÊNCIAS	TOTAL
19		01				01
15		01		01		02
07		01	04	01		04
08		01	04	01		04
11		01	06			07
20		01		01	05	07
12		01		01	10	12
17	01	02	04	02	05	14

Fonte: Elaboração própria.

Nota 01: O título e autoria dos trabalhos podem ser verificamos no apêndice.

Nota 02: Os termos forma organizado em ordem crescente da frequência

Podemos observar na tabela nº 02 que em 36% dos trabalhos (n=8) a palavra educação aparece menos de 15 vezes. Ao analisarmos onde a palavra educação está inserida no artigo percebemos a falta de aprofundamento desta discussão no corpo do texto. Em um dos trabalhos (n.19) a palavra educação aparece apenas nas palavras chaves. Diante disso, podemos inferir que as discussões nestes trabalhos se aproximam mais da área da saúde e do que da educação.

3.5 Concepções sobre autismo

Como discutimos na introdução do artigo existem diferentes concepções de autismo e a partir delas diferentes modelos de intervenção e de escolarização. As concepções ligadas ao modelo médico de deficiência vêem o autismo como um conjunto de características que devem ser corrigidas no indivíduo para que este se adeque ao padrão de desenvolvimento considerado normal. As concepções mais próximas ao modelo social de deficiência não negam os prejuízos no desenvolvimento das pessoas com autismo mais problematizam, analisando não apenas os aspectos biológicos, mas o contexto social e cultural que também formam o indivíduo.

Dos 22 artigos analisados, 10 trazem em seu primeiro parágrafo a definição de autismo da Associação Americana de Psiquiatria (APA) ou do Manual de Diagnóstico de Doenças Mentais (DSM), como se os critérios médicos para definir o que é o autismo fossem incontestáveis e representassem a verdade absoluta. Entretanto, corroboramos com Rodrigues e Angelucci (2017, p. 554), ao compreenderem que “o que se convencionou chamar de doença mental é, de fato, uma construção teórica, não a realidade em si”, isto é, a perspectiva médica estabelece padrões de normalidade, quando o indivíduo não se enquadra recebe o estigma de anormal.

Desse modo, encontramos nos trabalhos que seguem esta concepção em expressões como: “comportamento alvo”, “comportamentos inapropriados”, “comportamentos-problema”, que reforçam o que deve ser corrigido no indivíduo.

Assim, quanto a concepção de autismo nas pesquisas temos que:

- 77% dos trabalhos representam a concepção médica de autismo;
- 14% admitem a importância dos fatores sociais e culturais, mas não problematizam o diagnóstico ou a concepção hegemônica de deficiência;

- 09% partem de concepções histórico-culturais do desenvolvimento humano, isto é, não tomam o diagnóstico como definidor do desenvolvimento, estando mais próximas do modelo social de deficiência.

Embora sejam compreensíveis as relações entre o campo da Educação Especial e da Saúde, partindo do pressuposto que, tem se avançado em busca da consolidação do modelo social de deficiência, inclusive nos documentos legais, é preocupante que as pesquisas não tratem da deficiência como uma construção social baseada em uma sociedade excludente. É claro que, os estudos na área médica são importantes formas de estabelecer novos conhecimentos e intervenções, entretanto, não se pode basear toda conduta da educação seja ela escolar ou familiar apenas em paradigmas médicos.

Pensamos que, o diálogo das áreas é possível e bem-vindo desde que seja em posição de igualdade e não de submissão ao conhecimento considerado detentor da verdade.

3.6 Políticas públicas e a educação da pessoa com autismo

Quanto às políticas públicas para a educação de alunos com autismo dos 22 trabalhos analisados apenas 27% (n=6) discutem mesmo que brevemente aspectos das políticas públicas de inclusão.

Este percentual baixo nos aponta que, dificilmente conseguimos traçar estratégias para inclusão escolar de alunos como público-alvo da Educação Especial sem discutir e refletir sobre os princípios e as políticas educacionais.

Os trabalhos que promovem esta discussão demonstram compreender a complexidade da educação inclusiva, como por exemplo, Lima e Laplane (2016, p.270) “a concretização das diretrizes inclusivas, entretanto, enfrenta diversos empecilhos na sua implementação”.

Já os trabalhos que não refletem sobre as políticas educacionais parecem dar respostas simplistas geralmente culpabilizando a formação docente ou a participação dos pais. Como no trabalho de Nunes e Walter (2016, p.620) “as estratégias pedagógicas empregadas pelos professores têm produzido poucos efeitos na aprendizagem acadêmica desses educandos”. De fato, a falta de capacitação dos profissionais é uma barreira no processo de inclusão, todavia, é preciso problematizar a falta de políticas educacionais que viabilizem esta capacitação.

Santos e Elias (2018) afirmam que existe uma lacuna a respeito da lei nº 12.764/12, política de inclusão social das pessoas com transtorno do espectro autista, pois seus impactos reais na inclusão escolar dos alunos com autismo ainda não foram objeto de estudo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ao analisar 22 artigos na área da educação das pessoas com autismo publicados na RBEE no período de 2013 – 2019, possibilitou a compreensão de como está se consolidando o conhecimento nesta área tendo sido nosso objetivo analisar os estudos na área de autismo publicados na RBEE a fim de contribuir para o avanço do conhecimento nesta área.

Percebemos que em relação à distribuição anual existe uma inconsistência nas publicações que aumentam e diminuem sem uma causa possivelmente acompanhando as matrículas deste público nas escolas. Já em relação a distribuição geográfica dos artigos o eixo sul-sudeste se destaca concentrando 78% das publicações.

Os temas dos artigos sinalizam que a linguagem/comunicação é o tema mais frequente nas investigações na produção acadêmica, o que sugere sua importância nas práticas de inclusão das pessoas com autismo.

Embora a interface entre educação especial e saúde seja interessante percebemos que existe uma hierarquização do conhecimento em que a área médica parece ser detentora da “verdade” sobre o autismo.

Sabemos das complexas relações que envolvem o lugar da diferença na sociedade, todavia, embora o modelo social de deficiência pareça estar conquistando espaço nas leis e políticas públicas não ocorre o mesmo nas publicações acadêmicas sobre autismo.

Assim, este trabalho ofereceu um panorama que represente a produção nacional sobre o conhecimento produzido na área de autismo na RBEE que se destaca na socialização do conhecimento na área de Educação Especial.

Apesar das críticas, compreendemos que os autores partem de diferentes perspectivas teóricas sobre educação, autismo, deficiência, todavia, gostaríamos de ressaltar a importância da quebra de alguns paradigmas para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Concluimos que, o conhecimento na área da educação da pessoa com autismo está em processo de expansão e que o discurso médico tem forte influência sobre as publicações na área. Esperamos que futuras pesquisas possam tratar a educação da pessoa com autismo com um olhar mais presente no sujeito e não apenas no diagnóstico.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V** – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANGELUCCI, Carla Biancha *et al* .O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, jan./abr. 2004. v.30, n.1, p. 51-72.

BAPTISTA, Claudio Roberto. **A inclusão e seus sentidos**: entre edifícios e tendas. XII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Curitiba, 29 de agosto a 1º de setembro de 2004. (Anais em CD-Rom)

BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice. Autismo e educação: atuais desafios. In: (Org.). **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BORGES, Adriana A. Pereira. As Classes Especiais e Helena Antipoff: uma contribuição à História da Educação Especial no Brasil. **Rev. Bras. Ed. Esp.** Marília, Jul-Set, 2015. v 21, n 3, p. 345-362

BOSA, Cleonice. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, Claudio Roberto;(Org.). **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 16/05/2019

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16/05/2019

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

DOVAN, Jonh; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia**: a história do autismo. Tradução: Luiz A. De Araujo. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KUHNEN, R.T. A concepção de deficiência na política de educação especial. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Jul.-Set., 2017. v.23, n.3, p.329-344

LIMA, Stéfanie Melo; LAPLANE, Adriana Lia Frinszman de. Escolarização de alunos autismo. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, abr.-jun. 2016. v.22, n.2, p.264-284

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis, 2007, p. 37-45. v. 10 n. esp.

MANZINI, Eduardo José; CORRÊA, Priscila Moreira; SILVA, Michele Oliveira. Disseminação de conhecimento em Educação Especial no Brasil. **Re v. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Mai.-Ago. 2009 p.181-196. v.15, n.2

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUMES, Débora Regina de Paula; WALTER, Elizabeth Cynthia. Processos de leitura em educandos com autismo: um estudo de revisão. **Re v. Bras. Ed. Esp.**, Marília, out.-dez. 2016. p.619-632. v.22, n.4

OLIVEIRA, Eliana de *et al.* Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, maio/ago 2003, p. 11-27. v.4, n.9

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & Saúde coletiva.** S/L, 2008.

RICHARDSON, Z.M. R. J. Exclusão social: a pessoa com deficiência na luta por políticas públicas. IN: RICHARDSON, R. J. (org). **Exclusão, inclusão e diversidade.** Editora Universitaria da UFPB, 2009.

RODRIGUES, Isabel de Barros; ANGELUCCI, Carla Biancha. Estado da arte da produção sobre escolarização de crianças diagnosticadas com TEA. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, set/dez, 2018. v. 22, n. 3

SANTOS, Vivian; ELIAS, Nassim Chamel. Caracterização das matriculas dos alunos com Transtorno do Espectro do Autismo por regiões brasileiras. **Rev. Bras. Educ. Esp.** Marília, , Out/dez, 2018. v. 24, n. 4, p. 465-482

SILVA, Régis Henrique dos Reis. Balanço das dissertações e teses em Educação Especial e Educação Inclusiva desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação do Brasil. **Rev. Bras. Educ. Esp.** Marília, Out/dez, 2018. p. 601-618. v. 24, n. 4

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, jan/abr. 2014. p. 165-189. v. 14, n. 41

APÊNDICE

Nº	TÍTULO	AUTORIA	ANO	IES	TEMÁTICAS ENVOLVIDAS
1	Ensino de habilidades rudimentares de leitura para alunos com autismo	Ana Elisa Millan Lidia Maria Marson Postalli	2019	Universidade Federal de São Carlos	Educação especial. Autismo. Ensino de leitura. Emparelhamento com o modelo. Equivalência de estímulos
2	Caracterização das matrículas dos alunos com transtorno do espectro do autismo por regiões brasileiras	Vivian Santos Nassim Chamel Elias	2018	Universidade Federal de São Carlos	Educação Especial. Censo Escolar. Autismo.
3	Metas de socialização e estratégias de ação de mães de crianças com suspeita de transtorno do espectro autista	Bianca Correa Francine Simas João Rodrigo Maciel Portes	2018	Universidade do Vale do Itajaí	Educação Especial. Autismo. Mães. Família.
4	Tradução e adaptação transcultural da escala de avaliação de autoeficácia de Professores de Alunos com Autismo: Autism selfefficacy Scale for Teachers (ASSET)	Renata Corcini Carvalho Canabarro Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira Carlo Schmidt	2018	Universidade Federal de Santa Maria	Educação Especial. Autoeficácia docente. Autismo. Adaptação Transcultural
5	Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com autismo no ensino fundamental I	Ana Paula Aporta Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	2018	Universidade Federal de São Carlos	Inclusão Educacional. Autismo. Adaptação Curricular
6	Benefícios e nível de participação na intervenção precoce: perspectivas de mães de crianças com perturbação do espectro do autismo	Anelise do Pinho Cossio Ana Paula da Silva Pereira Rita de Cássia Cóssio Rodriguez	2017	Universidade Federal de Pelotas	Educação Especial. Autismo. Participação da Família. Estimulação Precoce
7	Modelagem em vídeo para o ensino de habilidades de comunicação a indivíduos com autismo: revisão de estudos	Viviane Rodrigues Maria Amélia Almeida	2017	Universidade Federal de São Carlos	Educação Especial. Transtorno do Espectro Autista. Modelagem em Vídeo. Habilidades de Comunicação
8	Intervenção comportamental precoce e intensiva com crianças com autismo por meio da capacitação de cuidadores	Camila Graciella Santos Gomes Deisy das Graças de Souza Analice Dutra Silveira Ianaíara Marprates Oliveira	2017	Universidade Federal de São Carlos	Educação Especial. Autismo. Análise Comportamental. Estimulação Precoce. Cuidador
9	Processos de Leitura em	Débora Regina de Paula	2016	Universidade	Educação

	educandos com autismo: um estudo de revisão	Nunes Elizabeth Cynthia Walter		Federal do Rio Grande do Norte.	Especial. Transtorno do Espectro do Autismo. Leitura. Metodologia do Ensino.
10	As contribuições do uso da comunicação alternativa no processo de inclusão escolar de um aluno com transtorno do espectro do autismo	Cláudia Miharú Togashi Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	2016	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Educação Especial. Transtorno do Espectro do Autismo. Inclusão Escolar. Comunicação Alternativa
11	Características e especificidades da comunicação social na perturbação do espectro do autismo	Helena Isabel da Silva Reis Ana Paula da Silva Pereira Leandro da Silva Almeida	2016	Universidade do Minho (Portugal)	Educação Especial. Perturbação do Espectro do Autismo. Comunicação Social.
12	Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar	Emellyne Lima de Medeiros Dias Lemos Nádia Maria Ribeiro Salomão Cibele Shirley Agripino-Ramos	2014	Universidade Federal da Paraíba	Educação Especial. Autismo. Inclusão Escolar. Interação Social
13	Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico	Natalia Caroline Favoretto Dionísia Aparecida Cusin Lamônica	2014	Universidade de São Paulo	Educação Especial. Autismo. Linguagem Infantil. Educação Infantil.
14	Escolarização de alunos com autismo	Stéfanie Melo Lima Adriana Lia Friszman de Laplane	2016	Universidade Estadual de Campinas	Educação Especial. Escolarização. Autismo.
15	A eficácia de um programa de treino de trampolins na proficiência motora de crianças com transtorno do espectro do autismo	Carla Cristina Vieira Lourenço Maria Dulce Leal Esteves Rui Manuel Nunes Corredeira André Filipe Teixeira e Seabra	2016	Universidade da Beira Interior (Portugal)	Educação Especial. Transtorno do Espectro do Autismo. Trampolins. Atividade Física.
16	Tecnologias móveis na inclusão escolar e digital de estudantes com transtornos de espectro autista	Lucila Maria Costi Santarosa Débora Conforto	2015	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Educação Especial. Empoderamento. Política de inclusão social. Informática e educação.

					Autismo
17	Avaliação do comportamento motor em crianças com transtorno do espectro do autismo: uma revisão sistemática	Angélica Miguel Soares Jorge Lopes Cavalcante Neto	2015	Universidade do Estado da Bahia	Educação Especial. Transtorno Autístico. Atividade Motora. Educação Física. Avaliação.
18	Comportamentos de crianças do espectro do autismo com seus pares no contexto de educação musical	Paulyane Silva do Nascimento Regina Basso Zanon Cleonice Alves Bosa João Paulo dos Santos Nobre Áureo Déo de Freitas Júnior Simone Souza da Costa Silva			Educação Especial. Autismo. Educação Musical. Interação Social.
19	Avaliação dos efeitos de programas de intervenção de atividade física em indivíduos com transtorno do espectro do autismo	Carla Cristina Vieira Lourenço Maria Dulce Leal Esteves Rui Manuel Nunes Corredeira André Filipe Teixeira e Seabra	2015	Universidade da Beira Interior (Portugal)	Educação Especial. Atividade Física. Transtorno do Espectro do Autismo.
20	Revisão de estudos sobre o Picture Exchange Communication System (Pecs) para o ensino de linguagem a indivíduos com autismo e outras dificuldades de fala	Táhcita Medrado Mizael Ana Lúcia Rossito Aiello	2013	Universidade Federal de São Carlos	Educação Especial. PECS. Autismo. Distúrbios da comunicação
21	Construção e validação de um instrumento de avaliação do perfil desenvolvimental de crianças com perturbação do espectro do autismo	Helena Isabel Silva Reis Ana Paula da Silva Pereira Leandro da Silva Almeida	2013	Universidade do Minho (Portugal)	Educação Especial. Autismo. Validação de Instrumentos. Técnicas de mensuração.
22	O brincar de uma criança autista sob a ótica da perspectiva histórico-cultural	Maria Fernanda Bagarollo Vanessa Veis Ribeiro Ivone Panhoca	2013	universidade estadual do centro-oeste-UNICENTRO	Educação Especial. Autismo. Criança. Interação Social. Linguagem.